

LIA DE SOUZA PARENTE

Arquiteta e Urbanista, com pós-graduação em Administração para Altos Executivos pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente ocupa o cargo de Diretora de Planejamento do Instituto de Planejamento de Fortaleza, tendo sido coordenadora técnica do Plano Fortaleza 2040.

Já atuou como professora universitária na Universidade Federal do Ceará - UFC e pela Universidade de Fortaleza - Unifor, e há mais de duas décadas coordena processos de planejamento estratégico no setor público, privado e terceiro setor. Presta consultoria técnica em reestruturação de organizações públicas e privadas, locais e nacionais.

Foi Diretora Regional do Senac Ceará, arquiteta e assessora especial da presidência da Emlurb, consultora da Unesco a serviço do Ministério da Cultura, em projeto de Economia Criativa, dentre outras atividades.

CADERNOS DO OBSERVATÓRIO: Por que Fortaleza necessitava de um planejamento estratégico de longo prazo?

LIA PARENTE: Há décadas a cidade de Fortaleza vinha crescendo em população, mas também em desigualdade, seja desigualdade social, econômica e territorial. Junto com o crescimento da desigualdade, cresceram também todos os seus males e consequências: (i) o crescimento exorbitante da violência, dos homicídios de jovens e crimes contra o patrimônio, da população carcerária, da população em situação de grande vulnerabilidade; (ii) acelerada deterioração dos recursos naturais; (iii) crescimento de número de mortes por acidentes no trânsito; (iv) desdobramento da cidade em distintas cidades, com contextos e índices de desenvolvimento humano radicalmente diferentes, alguns territórios com os melhores IDHs e indicadores socioeconômicos do mundo, e outros territórios com os piores IDHs e indicadores socioeconômicos do mundo, tudo isso numa mesma cidade; (v) 42% da população da cidade vivendo em péssimas condições, em assentamentos precários, sem moradia digna e salubre, sem acesso

a serviços públicos e infraestrutura urbana; (vi) retração das atividades industriais, PIB per capita e renda média familiar abaixo da média brasileira; (vii) inexistência de plano ou pacto, dotado de estratégias passíveis de modificar este trágico quadro em que a cidade se encontrava; (viii) inexistência de modelo de governança que fortalecesse a integração das políticas, o controle e a participação social, a integração das diversas esferas de governo; (ix) processo decisório descasado de indicadores de contexto socioeconômico e de impacto/efetividade, prevalecendo a cultura de privilégios.

C.O: O Plano propõe um planejamento colaborativo com a participação da sociedade tanto na elaboração quanto no monitoramento das políticas. Qual é a importância desse elemento para o Plano?

LIA PARENTE: Para um plano ser legítimo, ele deve ser elaborado com ampla participação da comunidade, movimentos sociais, instituições da sociedade civil, estudiosos da academia, consultores especializados, além de representantes das diversas esferas de governo. Sendo assim, o grande desafio é dirimir ao longo do processo os diversos conflitos de interesses existentes entre as diferentes classes sociais, grupos, comunidades, distintas culturas e identidades.

Embora possamos considerar utópico, dada a cultura predominantemente individualista de nossa sociedade e a cultura de privilégios tão arraigada no ambiente político e empresarial, o processo democrático de planejamento traz consigo uma importante lição e comprovação: de que não há desenvolvimento sustentável sem a redução da desigualdade e que existem inúmeras soluções aplicáveis à nossa cidade capazes de trazer excelentes resultados para a coletividade em geral, principalmente àquela mais vulnerável, mais penalizada, mais usurpada de seus direitos.

Como Plano de longo prazo, que deverá subsistir às várias gestões, de diferentes ideologias e grupos partidários, sua única chance de ser implementado é se a própria comunidade o perceber como de sua autoria, como seu legado, mesmo passando, ao longo do tempo, por diversos ajustes necessários, a serem também decididos pela comunidade, a partir de seu acompanhamento e monitoramento de resultados.

C.O: Como o Plano vai garantir a participação da sociedade no acompanhamento de suas ações?

LIA PARENTE: Ao longo do processo de elaboração, a grande maioria das pessoas perguntava como as ações e as intervenções previstas poderiam ser acompanhadas ou mesmo analisadas com mais profundidade, antes de serem implementadas. Qual seria o melhor modelo de governança para o plano, no qual houvesse espaço para a sociedade decidir e acompanhar cada passo? Tendo este desafio em mente, foram realizados fóruns para construção coletiva deste modelo, pelo que contamos também com consultores com vivência em participação e controle social, governança institucional, legal, participativa e territorial. A partir dos conceitos apresentados pelas duas consultoras da FCPC, os participantes dos fóruns foram desenvolvendo o modelo de governança.

Três instâncias com objetivos complementares foram considerados essenciais: (i) as Câmaras Setoriais, para a governança institucional; (ii) os Fóruns Territoriais para governança territorial participativa e controle social sobre o plano; (iii) o Observatório da cidade, para geração e difusão de conhecimento sobre e para a cidade, monitoramento e avaliação de indicadores de resultados, dentre outros objetivos.

Após meses de reuniões com as comunidades de todas as regionais de Fortaleza, a cidade foi dividida em 39 territórios. Para cada um destes territórios haverá em Fórum Territorial, tanto para apreciar as ações, programas e projetos previstos para seus territórios, quanto para estimular a busca e o pacto de soluções comunitárias e maior controle social. A ideia é que todas as demais políticas municipais também se utilizem deste mesmo recorte (divisão dos 39 Territórios), que passem a utilizar os Fóruns Territoriais como instância de interlocução. Hoje existem distintas subdivisões territoriais para distintas políticas, dificultando o processo de participação e controle.

C.O: Como foi o seu trabalho no Plano Ceará 2050?

LIA PARENTE: Minha participação no Ceará 2050 foi muito limitada ao pouco tempo que dispunha uma vez que o Ceará 2050 iniciou ao mesmo tempo em que o Fortaleza 2040 estava inaugurando sua fase de implementação, de implantação do modelo de governança e desdobramento de ações previstas no Plano priorizadas pelo governo municipal e estadual. Implementar um plano é sempre um desafio bem maior que coordenar o processo de sua elaboração.

De todo modo, me reuni algumas vezes com a equipe de coordenação, com várias equipes de consultores contratados, para troca de experiência tendo por referência o Fortaleza 2040, sem falar na participação em eventos e seminários, e no núcleo de implementação. Por outro lado, dediquei bastante tempo na estruturação do plano de ação de um projeto comum entre os dois planos, o do Distritos de Inovação em Saúde de Porangabussu, hoje aos cuidados da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará e o do Instituto de Planejamento de Fortaleza - Iplanfor.

C.O: Quais as principais diferenças entre o Fortaleza 2040 e o Ceará 2050?

LIA PARENTE: Um plano municipal tem escopo um pouco distinto de um plano estadual principalmente devido às distintas escalas territoriais.

Enquanto, em geral, em um plano estratégico estadual o desenvolvimento territorial é tratado por meio de projetos estruturantes, estratégias e diretrizes, definição de prioridades e oportunidades para as macro e microrregiões, suas conectividades, bacias e identidades, um plano estratégico municipal já aborda o território com maior minúcia, pois a forma urbana é fator determinante para a obtenção de bons resultados, a equidade e conectividade territorial afetam sobremaneira a qualidade de vida das pessoas na cidade, pelo que a escala de planejamento físico territorial trabalhada é totalmente distinta da escala do planejamento físico-territorial do Estado, até mesmo em respeito ao que compete ao Município e ao que compete ao Estado.

No plano estratégico municipal, as demais políticas até poderiam ser trabalhadas por meio de programas e projetos estruturantes, mas considerando que participam do planejamento pessoas da comunidade cujo engajamento ao processo de planejamento requer a percepção e muita clareza do que de fato ocorrerá de diferente em seu dia a dia atual ou futuro a partir de sua implementação, pelo que ações, programas e intervenções mais concretas e detalhadas são demandadas para eliminar o sentimento de se tratar de um plano muito abstrato, inexecutável, “teórico” ou distante de sua realidade.

No entanto, guardadas as devidas diferenças de escala, o Plano Ceará 2050 tem total alinhamento às estratégias propostas no Fortaleza 2040 para nosso município, o que é muito importante, tendo em vista que assim contaremos também com o apoio do Governo do Estado principalmente na implementação das estratégias comuns aos dois planos.

C.O: Como o Observatório pode contribuir para a consolidação do Plano Fortaleza 2040?

LIA PARENTE: O Observatório é um importante pilar do modelo de governança do Plano Fortaleza 2040, pela geração e difusão de conhecimento que realiza, pelos debates que promove, pelo monitoramento e avaliação de resultados das políticas públicas, em que se inclui a avaliação das metas e indicadores de resultados globais do Fortaleza 2040.

Considerando a acelerada dinâmica e complexidade de uma cidade, é fundamental podermos contar com tal instância para embasar conclusões, compressão de fenômenos, antever, prevenir crises e ameaças, orientar revisões e tomada de decisões.

C.O: Como você enxerga a continuidade do Plano numa mudança de gestão que seja com uma orientação política diferente da que o implantou?

LIA PARENTE: Tenho esperança que uma nova gestão, mesmo com orientação política distinta, até em respeito às mais de 8 mil pessoas que participaram da elaboração, dê-se o trabalho de conhecer as estratégias e as ações propostas no Fortaleza 2040 antes de pensar em descartá-lo.

Os Planos do Fortaleza 2040 são muito consistentes, coerentes e, como plano estratégico, carrega em seu bojo um caminho viável a ser trilhado para que a cidade seja menos desigual, mais justa e acolhedora, mais próspera. São caminhos identificados de forma lúcida, democrática, realista. O plano contemplou um estudo de viabilidade financeira, pelo que ficou demonstrado, para futuras gestões, que pode ser plenamente executado.

Mas, se por outro lado, por desventura vier a assumir um governo de extrema direita em nossa cidade, neoliberal, afeito às desigualdades socioeconômicas, que não tolere mesclas sociais, que apoie a segregação social, o que julgo pouco provável de acontecer, caberá à comunidade cobrar à nova gestão mais respeito aos esforços de planejamento por ela empreendidos, uma vez que o Plano Fortaleza 2040 é um plano da sociedade, plano de Estado, mesmo tendo sido patrocinado por esta gestão, a qual cumpriu integralmente a promessa de não realizar qualquer censura às críticas realizadas ou mesmo impor qualquer alteração às propostas elaboradas e aprovadas pela sociedade civil, técnicos e comunidade.